

SEMINÁRIO DESVENDANDO O RIO GRANDE:  
BENTO E CASTILHOS – UM DIÁLOGO POSSÍVEL?  
A CONSTITUIÇÃO CASTILHISTA E A  
CONSTITUIÇÃO FARROUPILHA \*

*DES. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS*

Senhoras e senhores, iniciamos as atividades deste painel ouvindo o Min. Paulo Brossard de Souza Pinto e o Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo. Embora desnecessária, pois os palestrantes são figuras reconhecidas tanto no Rio Grande do Sul, Brasil e Exterior, é protocolar a referência ao currículo de cada um, como uma apresentação prévia.

O Min. Paulo Brossard de Souza Pinto colou grau na Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1947. Em 1952, foi Professor de Direito Civil e, em 1966, de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Regente Substituto da Cadeira Teoria Geral do Estado, na mesma Faculdade; Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1965. Eleito Deputado Estadual pelo Partido Libertador em 03-10-1954, quando tinha apenas 30 anos incompletos, foi reeleito para duas legislaturas seguintes, mantendo-se Deputado até 1967; em novembro de 1966, foi eleito, em sublegenda, Deputado Federal pelo Movimento Democrático Brasileiro, mantendo, contudo, uma postura de independência na ação parlamentar entre 1967 e 1971; foi eleito Senador pelo mesmo MDB, depois, Partido Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, para a legislatura de 1975 a 1983; em 1985, integrou a Comissão Afonso Arinos, incumbido de elaborar o anteprojeto constitucional a ser

---

\* Painel realizado no Seminário *Desvendando o Rio Grande: Bento e Castilhos – Um Diálogo Possível?*, em 21 e 22 de outubro de 2010. Mediador: Des. José Carlos Teixeira Giorgis, Coordenador do Memorial do Judiciário do RS.

oferecido como subsídio à Assembleia Nacional Constituinte e, convidado pelo Presidente José Sarney, foi nomeado para o cargo de Consultor-Geral da República, que exerceu de 28-08-1985 até 14-02-1986. A seguir, foi nomeado Ministro de Estado da Justiça, sendo empossado em 15-02-1986, permanecendo ali até 18-01-1989, ocasião em que foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, pelo Presidente José Sarney, por decreto de 13-03-1989, na vaga do Min. Jaci Falcão, tomando posse em 5 de abril do ano seguinte; em 17-10-1989, foi eleito Juiz Substituto do Tribunal Superior Eleitoral, passando a efetivo em 1991; empossado como Vice-Presidente em 1991 e assumindo a Presidência em junho de 1992, nela permanecendo até maio do ano seguinte.

No Supremo Tribunal Federal, tomou posse no cargo de Vice-Presidente em maio de 1993. É membro das seguintes entidades culturais: Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio Grande do Sul; Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul; Instituto dos Advogados do Brasil, na qualidade de sócio-correspondente; Sociedade Henri Captain, para desenvolvimento da Ciência Jurídica; Academia Rio-Grandense de Letras, Academia Mineira de Letras, na qualidade de sócio-correspondente; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro também como sócio-correspondente; e Presidente de Honra do Instituto Pimenta Bueno – Associação Brasileira de Constitucionalistas, com sede em São Paulo.

Na área de imprensa, foi correspondente do Estado de São Paulo, redator do Estado do Rio Grande, colaborador na Folha de São Paulo, Correio Brasiliense e, como se sabe, toda segunda-feira, mantém uma coluna no jornal *Zero Hora* desta cidade. Recebeu o título de Cidadão de São João Del Rei em 1987 e o de Porto Alegre no ano 2000.

É com muita honra, portanto, que passo a palavra ao Min. Paulo Brossard.

*MIN. PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO*

Senhor Presidente, senhores e senhoras presentes, achei particular-

mente interessante essa iniciativa de repensar um pouco situações da nossa terra e da nossa cultura que vão ficando esquecidas.

Trata-se de examinar a primeira Constituição Republicana, e não só Republicana, a primeira Constituição Rio-Grandense. Essa Constituição vigorou durante quarenta anos, uma vez que a Constituição Farroupilha não chegou a ser votada pela Assembleia do Alegrete, e teve sua inspiração na cópia da Constituição do Império de 25-03-1824, pois, pela estrutura do Governo Central, não havia outra, era o modelo que havia presente, o mais próximo, pelo menos.

A Constituição de 14-07-1891 foi aprovada e promulgada pela Assembleia do Rio Grande e vigorou por mais de quarenta anos, de 1891 até 1935. É verdade que, entre 1930 e 1935, ela deixou de existir quase que por abandono, transformou-se mais ou menos numa *res nullius*, algumas partes continuaram sendo aplicadas, mas só veio a ser substituída pela Constituição de 29-06-1935, que era não digo totalmente diferente da primeira Constituição, porque havia nela cláusulas que permanecem até hoje, fazem parte do patrimônio imemorial das Constituições, até mesmo em relação às Constituições brasileiras, as de 1891, 1934 – não refiro a de 1937, porque foi uma anomalia histórica e doutrinária –, 1946, 1967, 1969, 1988.

É claro que ela possui novidades, mas há um fundo comum, que costume chamar, na falta de outra denominação, no patrimônio imemorial do direito constitucional brasileiro e, no caso concreto, do direito constitucional rio-grandense, que é o caso.

Nota-se que, à medida que os anos passam, a parte originária da Constituição do Estado vai ficando cada vez menor, talvez profanando a memória do Marquês de Pombal, que deixou na psique brasileira a sua impressão digital.

A Constituição de 1891 tornou-se realmente original, inspiração totalmente diferente da Constituição Federal. Depois da Constituição de 1934, pelo menos a Constituição do Rio Grande foi em muitos pontos original, porque contou com pessoas de grande preparo. Refiro, por exemplo,

Maurício Cardoso, que, depois de ser constituinte em 1933 e 1934, renunciou ao mandato, veio para o Rio Grande e foi eleito Deputado Estadual. Ele era possuidor de uma mentalidade superior, um homem de variada cultura, era um jurisconsulto, com larga experiência de homem público, dispensou à elaboração da Constituição um grande interesse, sempre vigilante nas emendas.

A iniciativa do projeto da Constituição de 1935 foi do Professor Darcy Azambuja, da Faculdade de Direito, um homem muito inteligente, preparado e de muito bom senso, um homem moderado. Depois, o projeto definitivo que se converteu em lei constitucional mostrou ser muito melhor do que o projeto inicial, porque foi objeto de muitas emendas, discussões.

O Maurício estava imbuído de muitas ideias novas de constitucionalistas europeus e soube selecionar o que era prudente e oportuno adotar. Ele deixou uma Constituição de 1935 anotada, fez uma dissecação analítica de artigo por artigo na parte da sua elaboração, projeto, anteprojeto, indicando assuntos para o leitor fazer este trabalho, penoso e difícil, de acompanhar a gestação de um texto constitucional. O Maurício fez isso modestamente, era um homem dotado de grande memória e capaz de descobrir todos os meandros da fase de elaboração. Ele intitulou essa obra como Constituição de 1935 anotada por M. C., não pôs o nome, mas todo mundo sabia quem era M. C. E há notas, nessa edição, extremamente valiosas. Ele dominava muito o moderno Direito alemão, a Constituição de Weimar de 1919, frequentava os autores com grande assiduidade, e o alemão era uma linguagem frequente, entre várias que ele dominava.

Já a Carta de 1947 foi inspirada no modelo federal e possui artigos, a meu juízo, desnecessários, e o fato de incluir textos da Constituição Federal na Constituição Estadual não lhe dava nenhuma vantagem ou hierarquia. Por exemplo, declaração de direitos; é verdade que a Constituição de 1935 já tinha feito isso, e, uma vez, perguntei ao meu Professor Darcy Azambuja por que havia a reprodução se aquelas eram declarações de direitos e garantias que, estando na Constituição Federal, valiam no Rio Grande do Sul quisesse ou não o Estado. E a explicação que ele me

deu foi que quem quis fazer isso foi o Maurício, que argumentava que, se amanhã a União restringisse um direito ou cancelasse uma garantia, no Rio Grande do Sul continuaria vigorando. Hoje, seria uma aberração dizer isso, porque nos acostumamos a copiar o desnecessário.

É verdade que tivemos um interregno de quinze anos de anomalias. Tivemos de 1930 a 1934 um governo de fato; de 1934 a 1937, um governo... – nem vamos falar do atentado de 1935, que gerou a presença da Intentona Comunista e a reação àquele quadro –; depois, de 1937 a 1945, começou a haver o desmonte, em verdade foi até 1948, porque só nesta data foram feitas as Constituições Estaduais, de modo que os Estados deixaram de ser autônomos, porque eram Estados administrativa e politicamente vinculados ao Poder Central. Embora se conservasse a denominação de uma República Federativa, não havia nem República nem Federação, isso de 1937 até 1946, no plano federal, e até 1947 no plano estadual, mas, não sendo Direito Positivo propriamente dito, deixou as marcas daquele período.

Na Constituinte brasileira de 1946, ainda havia remanescentes antigos, e houve pessoas que contribuíram com sua experiência para que a Constituição de 1946 fosse até motivo de abandono da de 1937. A Carta de 1937 ficou uma peça malcheirosa, embora tivesse tido na sua elaboração a colaboração de membros do próprio governo, Capanema, Souza Costa, que foi o Ministro da Fazenda de mais longa duração, Agamenon Magalhães e Nereu Ramos, figuras importantes, homens que viveram todas as experiências e contribuíram muito.

A Constituição de 1946 ficou muito submissa, assim como, mais do que a Constituição, a mentalidade, inclusive do Supremo Tribunal.

José Frederico Marques escreveu um artigo que dizia que a mentalidade centralizadora que se verificava na jurisprudência do Supremo Tribunal era “pelo fato de”, e daí ele dava a explicação. E dizia nesse artigo ainda que os Juízes do Supremo Tribunal, na sua maioria, eram escolhidos entre juristas e magistrados do Rio de Janeiro. Embora a Magistratura carioca, ou até a do Distrito Federal absorvesse gente praticamente de todo o Brasil,

era constituída de homens de Minas Gerais, São Paulo, do Norte, tinha a mentalidade da Corte, do Governo Federal. Tanto assim que, quando as Constituições Estaduais foram elaboradas, e algumas com a experiência parlamentarista, o Supremo, por unanimidade, fulminou, e tudo em nome da independência dos Poderes. Havia dissertações sobre independência e separação dos Poderes como se fosse uma novidade, e a novidade tinha duzentos anos de limitação no seu alcance e no seu sentido.

Nesse tempo, eu era Senador e atuei como advogado da Assembleia numa arguição de inconstitucionalidade provocada pela Administração local, que foi acolhida pelo Procurador-Geral da República. A Constituição Estadual tinha declarado que a eleição do Presidente da Assembleia se daria por maioria absoluta, em três votações, e a Constituição Federal não dizia isso. No Plano Federal, sempre houve o entendimento de que dava o Presidente a maior bancada e o Juiz-Presidente, a segunda bancada.

A Constituinte de 1946 elegeu para Presidente Mello Viana, que havia sido Vice-Presidente da República antes de 1930, quer dizer, um homem do regime antigo, mas “o diabo é sábio mais por ser velho do que por ser diabo”, como diz a sentença castelhana. E Mello Viana, Vice-Presidente eleito por unanimidade, teve um voto que não foi discrepante, que foi o voto dele, pois ele, como não queria votar no seu próprio nome, votou num Deputado ilustre por todos os títulos e reconhecida integridade, Raul Pila, que era da menor bancada, porque era bancada única. E para Vice-Presidente foi nomeado Otávio Mangabeira. Vejam só como se criou um ambiente de superioridades e ao mesmo tempo dizendo que “os tempos eram outros”. Tenho este dado como muito significativo: Presidente Mello Viana, maioria da bancada da política mineira; e Vice-Presidente, Otávio Mangabeira, um exilado de ontem.

Otávio Mangabeira, quando estava exilado, vivia de fazer tradução da revista *Seleções* e, como a revista não poderia entrar no Brasil com seu nome, por sugestão da própria revista, foi indicado um baiano – que estava estudando naquele tempo nos EUA, um homem ilustre, participou da Academia Brasileira de Letras –, Afrânio Coutinho; assim, ele trabalhava,

e o outro dava o nome para que a revista entrasse no Brasil, senão não entrava. Quando ele saiu de Nova Iorque para retornar ao Rio, estava havendo um comício na frente do Municipal, e ele estava sendo esperado, e, na sua chegada, falou o orador José Américo. O Mangabeira havia apoiado a candidatura do Armando Sales em 1937, portanto fazendo oposição à candidatura do Zé Américo, candidato supostamente das forças majoritárias, até aí o simbolismo. E quando ele chega ao local, o José Américo começa com a seguinte frase: “As nossas almas já se haviam encontrado antes que as nossas mãos se apertassem”. Achei essa manifestação literária e historicamente bonita e humanamente rica. Essa frase singela, de meia dúzia de palavras, dizia uma infinidade de coisas, e esses detalhes são interessantes para compreendermos o significado do que vou dizer.

Retorno à questão de que fora arguida, no Supremo Tribunal, a inconstitucionalidade da cláusula constitucional do Rio Grande do Sul que estabelecia que o Presidente da Assembleia devesse ser eleito pelo voto da maioria absoluta, e não estava na Constituição Federal; logo, era discrepante. Mas, se um Estado que se diz autônomo – um Estado Federativo, pois se diz que existe Federação pela Constituição – não pode dizer, na sua Lei Orgânica, sua lei fundamental, que o Presidente da Assembleia tem de ser eleito, em primeira votação, pela maioria absoluta, então vamos riscar, vamos tirar a “Federação”. Isso foi feito por maioria de votos, não por unanimidade, e foi julgado inconstitucional, o que deixou marcas na mentalidade das pessoas.

A Constituição de 1891 realmente passou todos os limites, tanto que, logo na saída, o então Deputado Eptácio Pessoa, que era um jovem e bom jurista, suscitou, na Câmara dos Deputados, que o Rio Grande não tinha Constituição; e Rui Barbosa, ao chegar do exílio, em 1895, na sua primeira fala, tratando da pacificação no Rio Grande – ele nunca veio ao Rio Grande, mas sempre teve grande popularidade e simpatia com a oposição –, falou que a Constituição do Rio Grande era uma afronta a todos os princípios federativos.

Pela Constituição de 14 de julho, o Poder Executivo tinha poderes sobre o Poder Legislativo. Isso está na Constituição e passou incólume por

quase quarenta anos. Em 1923, pelo Pacto de Pedras Altas, houve uma reforma da Constituição, muito limitada, que diminuiu um pouco aquela separação mortal entre os dois Poderes. Mas o Poder Legislativo era executado pelo então chamado Presidente do Estado – não se dizia governador. Diziam que ele poderia fazer isso, mas que os Conselhos Municipais poderiam revogar, só que os Conselhos Municipais eram todos, por uma lei eleitoral, comandados pelo Palácio do Governo, hoje, Piratini.

No cinquentenário do Código Eleitoral de 1932, o único sobrevivente da Comissão Revisora do projeto Código Assis Brasil era o Dr. Bruno Lima, natural de Pelotas, e ele disse que a eleição tinha deixado de ser uma operação com risco de vida. E era assim, pois eleição sem morte não era eleição, isso fazia parte. Havia realmente um conflito entre a Constituição do Estado e a Constituição Republicana, mas, ainda assim, era um modelo em relação à Constituição do Estado. O Presidente do Estado legislava sobre tudo, e todos os Conselhos eram do lado do Estado e, quando não eram, acabavam ficando.

E ainda havia o fato de que o Presidente do Estado tinha, entre suas atribuições, de declarar inválida uma eleição municipal e nomear um interventor municipal, que era provisório, geralmente da Brigada. Portanto, o domínio era total.

Vou ler aqui alguns artigos da Constituição do Rio Grande do Sul constante de uma obra de autoria do Dr. Joaquim Luís Osório. Diz no seu art. 6º:

“O aparelho governativo tem por órgãos a Presidência do Estado, a Assembleia dos Representantes e a Magistratura, que funcionarão harmonicamente, sem prejuízo na independência que entre si devem guardar, na órbita de sua respectiva competência definida nesta Constituição”.

Art. 7º: “A suprema direção governamental e administrativa do Estado compete ao Presidente,” – até aqui, não há novidade, é o Poder



Executivo unipessoal como era o Presidente da República no Plano Federal – “que exercerá livremente, conforme o bem público interpretado de acordo com as leis. Assumirá o Presidente a inteira responsabilidade de todos os atos que praticar no exercício de suas funções, aos quais dará toda publicidade para completa apreciação pública”.

Art. 9º: “O Presidente exercerá a presidência durante cinco anos”, no Plano Federal, são quatro. Hoje, uma Constituição do Estado que dispusesse assim seria fulminada de inconstitucionalidade, por despacho monocrático, tal a subserviência aos textos federais.

As eleições estaduais não coincidiam em todos os Estados, nós aqui, no Rio Grande, conservamos os quatro anos que já vinha da Constituição de 1935. Em Minas Gerais, eram cinco anos; em São Paulo, quatro anos, mas havia mais um ou dois Estados com cinco anos. Mas ficou clássico o caso em que foi eleito Governador de Minas Gerais Milton Campos, que era da oposição, e ninguém chiou por isso.

Hoje, numa Assembleia de vários partidos, pela divisão entre os partidos, numa primeira votação, pode ser eleito alguém que não o seria normalmente numa segunda, com a maioria absoluta, por mil razões, as mais variadas possíveis. E por isso se faz uma primeira votação, uma segunda, uma terceira, e aí as partes têm tempo de considerar, escolher um nome intermediário, que estabeleça segurança.

Prosseguindo, no art. 9º: “O Presidente exercerá a presidência durante cinco anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte, salvo se merecer o sufrágio de 3/4 partes do eleitorado”, de modo que o Dr. Borges de Medeiros foi eleito e reeleito nos dois primeiros períodos; depois, veio Carlos Barbosa; depois, vieram três períodos nos quais ele, Borges de Medeiros, foi eleito sucessivamente até a Revolução de 1923. Após esse período houve a reforma que proibia isso.

Quando se falava ao Dr. Borges que ele havia governado por 25 anos, ele sempre dizia: “Mas não ininterruptos”! É verdade, tinha havido uma interrupção, foram dez anos, primeiro, e quinze anos depois.

No art. 57: “Os magistrados não perceberão emolumentos”.

Art. 59: “O Presidente do Estado nomeará quatrienalmente, para cada um dos distritos municipais, o juiz distrital, ao qual compete (...)”

(...). Não poderá ser escolhida, sob nenhum pretexto, pessoa da família do Presidente, quaisquer que sejam a natureza e o grau de parentesco”.

O chamado nepotismo já havia há muito tempo, e havia a preocupação para que isso não ocorresse, porque, em vários Estados, foram as oligarquias que imperaram durante muito tempo, como, por exemplo, no Ceará. Prosseguindo: “tornada pública, sem demora, o Presidente não manterá a escolha se contra ela manifestar-se a maioria dos Conselhos Municipais”, mas nunca houve isso.

Quanto às atribuições do Presidente: “Como Chefe Supremo do Governo e da Administração, compete ao Presidente, com plena responsabilidade, promulgar as leis que conforme as regras adiante estabelecidas forem de sua competência”. As leis eram de sua competência, e ele promulgava as leis que ele tinha feito, “dirigir, fiscalizar e defender todos os interesses do Estado; organizar, reformar ou suprimir os serviços dentro das verbas orçamentárias; expedir decretos, regulamentos, instruções e convocar extraordinariamente a Assembleia”.

Consta também: “Manter relações com os Estados da União” – o Rio Grande do Sul tinha o Secretário do Exterior, o Secretário do Interior e Justiça era do Interior e Exterior. Vejam até onde ia o conceito de autonomia.

Da Assembleia, com relação à decretação das leis: “Ao Presidente do Estado compete a promulgação das leis, conforme dispõe o inc. I, do art. 20”. E ainda:

“A Assembléia dos Representantes será eleita por sufrágio direto dos eleitores, a primeira Assembleia será composta de 41 Deputados (...), e reunir-se-á anualmente na Capital do Estado, sem depender de convocação, no dia 20 de setembro, e funcionará por dois meses, podendo ser prorrogada ou convocada extra-

ordinariamente; (...) o primeiro mês será consagrado, tanto quanto for possível, à votação da receita e despesa para o ano seguinte, e o segundo ao exame das despesas do ano anterior e adoção de qualquer medida de competência da Assembleia”.

E dizia-se que a Assembleia era puramente orçamentária, porque, nos dois meses que funcionava, um mês votava-se o orçamento e, no mês seguinte, apreciavam-se as contas do ano anterior. E já que o povo não podia fazer outras coisas colocava apelidos, chamava-se de “Duminha”, o diminutivo de Duma, com referência à Assembleia Russa, no tempo do Império Moscovita, que também não era uma Assembleia das mais liberais, pois era o regime do Czar.

A Revolução de 1923 foi improvisada, sem chefe, e durou de janeiro – teoricamente, no dia da posse do Dr. Borges de Medeiros, para o quinto mandato, lá em Carazinho, onde foi declarado o Estado Revolucionário – até a suspensão das hostilidades, graças à intervenção do Presidente da República, mas uma intervenção suasória, amistosa do Bernardes, inclusive havia um grande receio porque o Bernardes não tinha sido apoiado pelo Dr. Borges, que apoiou a candidatura de Nilo Peçanha. O Bernardes, que não levava ninguém de compadre, foi recebido com muito receio, e por isso a Administração Estadual foi muito zelosa em não criar nenhum problema.

O meu amigo Darcy Azambuja contava que havia uma recomendação dos elementos do Governo para não provocarem litígio com ninguém, mas eles estavam habituados a tirar a espada e “dar uns conselhos com a espada”. Contou um episódio: subindo uma rua de Santa Maria que estava escura, naqueles lançantes, naqueles morros, vinham dois brigadianos de espada na cinta e dois de lenço encarnado, símbolo da oposição, e eles: “Vamos dar uma sova nesses Maragatos, não

tem ninguém aqui”, e o outro teria dito: “Temos que obedecer à recomendação”, mas estava escuro, e, quando passaram por eles, tiraram a espada e carregaram – dito pelo Garcia Azambuja –, mas o que não usava lenço encarnado reagiu à altura de agressão e foi tiro pra cá e tiro pra lá, espada pra cá e espada pra lá, e as pessoas começaram a acender as luzes nas casas, e tornou-se um espetáculo, até que os brigadianos saíram correndo, largaram as vítimas e foram embora lançante abaixo. E aí diz um para o outro: “Eu disse que isso aí ia dá complicação conosco”, e o outro: “Conosco, não, convosco, porque eu não queria”.

O Gen. Setembrino de Carvalho era gaúcho, natural de Uruguai, foi um homem a quem o Rio Grande não prestou as devidas homenagens pelos serviços prestados ao Rio Grande e ao Brasil, com equilíbrio, com equanimidade, tolerância, compreensão e brilho, mas claro que não fez tudo o que o Governo queria e não fez tudo que a oposição queria. Mas, se houve um homem que mereceria um destaque na denominação de ruas ou de municípios, era o Setembrino de Carvalho, mas foi esquecido. Duvido que alguém se lembre quem foi Setembrino de Carvalho, pode ser que alguém do Instituto Histórico. Raramente encontra-se alguém que saiba quem foi esse homem que, com talento e habilidade, conseguiu levar à assinatura da paz no dia 14 de dezembro de 1923.

Então, foi convencionado que seria feita uma reforma em determinados artigos da Constituição. E foi cumprida a palavra. Mas quem fez a reforma constitucional não foi uma assembleia constituinte nem uma lei constitucional. Quem fez a Lei foi o Presidente do Estado, o Dr. Medeiros: Lei nº 327, de 04 de fevereiro de 1924. Milagrosamente, 2/3 dos Conselhos Municipais, com a rapidez de um raio, aprovaram a reforma, que era a negação de trinta anos, porque aquilo era intocável

e, naquela época, não se falava em cláusula pétrea, mas, se houvesse, seria aquela, não se tocava.

O preâmbulo da lei diz assim:

“Decreta e promulga a reforma parcial dos artigos 9º, 10, 11, 18, § 3º, e 63 da Constituição do Estado. O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, considerando que a maioria dos Conselhos Municipais aprovou a reforma parcial dos artigos constitucionais 9º, 10, 11, 18, §3º, e 63, na conformidade do projeto iniciado, publicado e ora promulgado nos termos da mesma Constituição, artigos 31 e 76, §1º, decreta e promulga as seguintes disposições constitucionais...”.

Cada um dos artigos, com a nova redação.

A reforma da Constituição, no dia 14 de julho, foi feita por lei ordinária que, como as outras leis, foi elaborada, apresentada, defendida e promulgada pelo Presidente do Estado. Isso era inimaginável, pelo menos não tinha se visto até então. A reforma da Constituição foi feita no cumprimento de um acordo político extraparlamentar entre o Governo e a oposição, sob a responsabilidade do Presidente do Estado e do chefe nominal civil da revolução.

Há um discurso feito por Rui Barbosa, publicado no livro *Ruínas de um Governo*, em que, na pág. 88, há um item intitulado *A Ditadura Rio-Grandense*, que diz:

“(…), entretanto, dentre os nossos Estados, um em que se possa designar como o tipo da violação da forma republicana federativa pelo art. 6º, exigida como essencial a todos eles, a todos os Estados, é sem dúvida nenhuma este, visto que a nossa Constituição, em crasso antagonismo com os moldes do sistema, impôs ao Rio Grande do Sul uma ditadura organizada, absorvendo o Poder Legislativo no Presidente, dando-lhe a atribuição de nomear o Vice-Presidente, seu sucessor, nos

casos de renúncia ou morte por todo o resto do quinquênio presidencial, e reduzindo à função orçamentária à Assembleia dos Representantes.

“O sistematismo positivista não se podia realizar em uma fórmula mais dura, mais opressiva, mais radicalmente inconciliável com as idéias comuns a todos os governos constitucionais, a todas as constituições republicanas, a todas as repúblicas federativas. Todas elas, uma a uma, repelem no autocratismo dessa organização, essa democracia cesariana, que concentra numa só entidade, com a prerrogativa de executar a lei, a de fazer, e admite a investidura de um governo em um magistrado eleito pelo arbítrio de um homem sem intervenção dos sufrágios populares.”

Em 1891, Júlio de Castilhos assumiu o Governo, nomeou o Vice-Presidente e renunciou ao mandato. Chegamos a esse ponto.

Continuando a leitura de um trabalho, que é de 1912:

“No Rio Grande, o legislador é o Presidente; promulgar as leis, na sua fraseologia constitucional, quer dizer projetá-las, aceitar ou rejeitar discricionariamente as emendas que se lhes oferecem, dar-lhes forma definitiva e mandá-las executar, só com a reserva praticamente nula de a revogar ele mesmo se contra ela representar a maioria dos Conselhos Municipais. É ele, pois, a legislatura, ele quem fiscaliza todos os interesses do Estado, ele que organiza, reforma ou suprime os serviços, ele que expede os decretos, regulamentos e instruções para execução dessas leis, obra sua. Ele quem tem à sua mercê o prorrogar ou não a Assembleia dos Representantes, ele quem formula o projeto de orçamento, quanto à despesa e receita. Ele quem organiza a força pública, mobiliza e utiliza a força municipal, cria e provê

os cargos civis e militares, ele quem resolve sobre os limites dos municípios, exerce a jurisdição de conhecer da ilegalidade ou inconstitucionalidade dos atos das edilidades, dos municípios, para os declarar sem efeito. Anula as eleições municipais, extingue os municípios, quando entender que não se acham em condições de prover as suas necessidades, ele quem celebra ajustes, convenções ou tratados com os outros Estados da União, ele quem demite os Juízes Substitutos”.

Sempre o Rui Barbosa, que continua:

“A Assembleia dos Representantes, não contando com as suas atribuições dormentes, como a de mudar a Capital, de resolver sobre os limites estaduais, a sua missão praticamente honorária de julgar o Presidente do Estado à incumbência comezinha de verificar as eleições presidenciais, apenas se ocupa em votar os orçamentos sobre o projeto que o Chefe de Governo lhe apresentar, muni-lo de instrumentos de crédito como as despesas que ele mesmo lhe houver proposto e decretar os meios necessários aos serviços que esse poder onigênero, nas leis de sua própria gestação, tiver instituído.”

Vejam que o mecanismo era perfeito.

“De modo que a criatura da Administração é quem preside, e essa autoridade uniparente é quem cria as despesas, criando serviços; elemento passivo e automático, a Assembleia não tem senão que lhe acudir com os recursos financeiros para a subsistência dos serviços em cuja criação não teve e nem pode ter parte nenhuma. Com essas faculdades e sendo árbitro das leis ao regular o mecanismo eleitoral, acabou com as oposições, excluiu-as de todas as assembléias eletivas do Estado”.

Houve um Município, São Gabriel, em que houve a maioria e não houve decreto de intervenção, não se sabe por que, mas, quando a oposição ganhava, como em Dom Pedrito, em Caçapava, então era nomeado um Intendente Provisório.

É o caso de dizer que tinha por que ser assim. Havia a mentalidade de um grupo Positivista, justiça seja feita. Ouçam – e nela acreditem se quiserem – a leitura de um texto do livro do José Maria Bello, História da República, que diz:

“O desejo de fazer esquecido o passado recente, na ilusão tão comum dos messianismos políticos de que a mudança dos regimes basta para transformar toda a estrutura social, tomava, naturalmente, o aspecto clássico das demagogias revolucionárias, que se atordoam com as próprias palavras. Destruíram-se os símbolos materiais”.

Por exemplo, o Colégio Pedro II, que vinha do tempo da Regência, foi criação do Min. Bernardo de Vasconcelos, era um patrimônio nacional, era um padrão do Ensino Médio. O Imperador Pedro II ia lá assistir aos exames dos Professores que ascendiam à cátedra por meio de concurso público. E mudaram o nome para Ginásio Nacional, como se isso tivesse algum sentido social, algum sentido útil. Passados alguns anos voltou a se chamar Dom Pedro II.

O ensino no Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, naquele tempo, era tal que o melhor aluno do ano ganhava um livro de presente. Durante um tempo estudou lá Francisco de Paula Rodrigues Alves, embora fosse paulista; e contou Nabuco que habitualmente ele recebia o prêmio por ser o melhor aluno, e um dos prêmios que ele recebeu foi um texto de um clássico grego, em grego, porque os estudantes do Dom Pedro II aprendiam grego. Dir-se-á que era um estilo elitista, mas era assim, na Alemanha era assim, na França era assim e no Brasil, daquele tempo, era assim.



Isso não está nos livros e pouca gente se lembra dessas situações. A Praça da Matriz era chamada assim desde que foi construída a matriz, e mudaram o nome, acho que foi quando Dom Pedro II esteve aqui, no fim da Guerra dos Farrapos, e foi dado o nome Parque Dom Pedro II, embora continuasse sendo Praça da Matriz. Depois veio a República, e, para aquele parque, onde se encontrava o Governo do Estado, a Assembleia e o Tesouro, foi dado o nome de Marechal Deodoro.

O Marechal Deodoro era um homem de muitas virtudes e, como Presidente da província, no período conservador e já no fim do Império, assumiu o governo como 2º Vice-Presidente, e não foi feliz, pois o domínio liberal era notório pelas eleições, ele foi processado. O Deodoro saiu do Rio Grande do Sul com processo do Superior Tribunal Militar que o condenou.

E a Praça nunca foi chamada de Praça Marechal Deodoro, é Praça da Matriz; e a Praça Quinze chamava-se Conde d'Eu; a Praça Senador Florêncio é chamada de Praça da Alfândega, a Rua da República chamava-se Princesa Isabel, e assim por diante.

Na capital da Baviera, existe ao lado da famosa Catedral, a Rua do Degrau Partido, tem a Rua do Leite e a Rua do Vinho, eu acho isso de um sabor que não tem comparação! Foram nominadas há trezentos anos e assim continuam. A Alemanha sofreu a devastação Nazista, e os nomes das ruas foram preservados, não teve força para mudar o nome delas. Mas é o nosso hábito mudar.

Agora, aqui, mudaram o nome do Pronto Socorro, mas existe lei municipal que diz que não pode ser prestada homenagem à pessoa morta senão depois de cinco anos. E é assim: morre uma pessoa, e vem todo mundo fazer os maiores elogios. Isso me lembra o dito por um dentista, Professor ilustríssimo, aqui de Porto Alegre, que, quando estavam falando sobre uma pessoa que havia morrido há pouco, ele disse: “Eu não sei como ele está atualmente, mas, no tempo em que ele estava aqui, ele era muito ordinário”. Agora, quando morre uma pessoa, ninguém vai dizer isso. Por isso a lei estabeleceu cinco anos depois, para deixar passar o murmúrio do sepultamento.

Essas coisas têm a sua importância, porque, afinal de contas, fazem parte do pó da história, do pó da tradição e da história da cidade.

Destruíram também os símbolos nacionais e adotaram tratamento oficial de cidadão: Cidadão General, Cidadão Presidente. A forma clássica da linguagem e até burocrática era “Deus guarde a Vossa Excelência”, e o tratamento “Saúde e Fraternidade” foi utilizado por mais de quarenta anos no encaminhamento de ofícios.

O Rio Branco resistiu a isso, assinou um relatório como Barão do Rio Branco e, por isso, foi criticado pelos republicanos. Desde então, deixou de assinar os relatórios e, depois, deixou de fazer os relatórios, e também foi criticado por isso, porque era um dever constitucional fazê-los. Rio Branco, primeiro, colocava Ministro das Relações Exteriores, sem assinatura.

Os relatórios dos Presidentes do Conselho de Ministros eram um repositório, um resumo, do ano findo do ponto de vista político, administrativo. Ao lê-los fui descobrir que, quando foram entregues na fronteira uruguaia, passando sem qualquer formalidade, o Brasil exigiu a devolução de presos argentinos, que tinham sido presos aqui e entregues na fronteira. No relatório era dito que o Governo brasileiro, sentindo-se atingido na sua soberania, exigia a devolução dos presos, o que foi feito.

Nos relatórios dos ministros há coisas preciosas, e a República acabou com eles.

Os positivistas ortodoxos que aconselhavam Pedro II a extinguir, por sua própria conta, o Parlamentarismo, instituindo a ditadura republicana apoiada diretamente no povo, supuseram chegado o momento de impor suas ideias ao Governo. No dia 17 de novembro, dois dias depois da Proclamação da República, os chefes do apostolado positivista foram incorporados, levaram sua adesão à República por intermédio de Benjamin Constant, precedidos de uma passeata por um estandarte onde, pela primeira vez, aparecia a legenda Ordem e Progresso que o novo regime adotaria e escreveria, posteriormente, no Pavilhão Nacional.

Alguns dias depois, o mesmo apostolado apresentava sugestões ur-

gentes sobre a organização política que convinha dar à nova República, e que consistia, em resumo, na conservação, a título permanente, da ditadura republicana.

A nota dominante do 2º Reinado era o poder pessoal do Imperador que todos criticavam. Um grupo de pessoas ilustradas e letradas propunha que o Imperador desse um golpe e, por autoridade própria, adotasse a República em caráter permanente, que significaria a acumulação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – era inacreditável – com a livre escolha do seu próprio sucessor, abolição do Regime Parlamentar, do Ensino Oficial, de quaisquer privilégios e projeto constitucional sujeito a plebiscito.

Isso foi feito por um grupo de pessoas letradas, ilustres, de grande benemerência e integridade moral, mas que tiveram o descoco de apresentar isso ao Deodoro, que não era nenhum iluminado, mas também não era tolo, pois não gostou e rejeitou a proposição.

No seio dos próprios Positivistas, houve um movimento para moderação – a começar pelo Benjamim Constant –; o nosso Demétrio Ribeiro era do grupo exacerbado. Consultaram o sucessor francês de Comte, pois este já havia morrido, que desaconselhou os brasileiros, porque na França isso não havia prosperado. Os positivistas, então, moderaram a ditadura permanente, que concentraria os três Poderes.

O Poder Judiciário também foi contemplado. Lembro de uma sessão de Júri, na cidade de Rio Grande. Um republicano histórico, amigo fraterno do Presidente Júlio de Castilhos, companheiro de Academia, companheiro no grupo republicano e também daquele grupo que Assis Brasil fazia parte escreveu a história da Revolução Farroupilha, que ficou inconclusa, só o I Volume. Outro membro daquele grupo escreveu a História Popular do Rio Grande do Sul, um trabalho muito benfeito, Alcides Lima, que tinha sido constituinte republicano de 1991 e, depois, afastou-se da política.

No Júri, na hora de questionar, ele acolheu a impugnação, porque, contrário à Constituição Federal que assegurava, era mantida a instituição do Júri, quer dizer, conservadas as características que vinham do regime anterior. O *Jornal Reforma de Porto Alegre* noticiou, e o Presidente do

Estado dirigiu-se ao Juiz Alcides Lima perguntando se ele confirmava a notícia, se era verdadeira, e ele disse que confirmava a notícia.

O Presidente do Estado, então, chamou o seu Procurador-Geral, que era um Desembargador – como era no Plano Federal um Ministro do Supremo, que fazia as vezes de Procurador-Geral, e o Ministério Público era todo a serviço do estamento burocrático constituído –, para que procedesse na denúncia daquele Juiz “faccioso e criminoso”, criminoso pela interpretação da lei. Os jurados eram praticamente nomeados pelo Juiz de Direito, o Juiz de Direito era nomeado pelo Presidente do Estado.

E o Juiz foi denunciado e condenado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que julgava o Juiz de Direito. Ele recorreu a Rui Barbosa, que havia voltado do exílio, que escreveu uma verdadeira monografia sobre o Júri, intitulada *O Júri e a Responsabilidade Criminal dos Juízes – O Crime de Hermenêutica*.

Na própria Constituição, pela Lei n. 221, o Juiz tinha o dever, diante da flagrante inconstitucionalidade e/ou ilegalidade dos decretos, de declarar a inconstitucionalidade da lei ou a ilegalidade no caso de decretos.

O Tribunal não decretou a inconstitucionalidade da lei, passou por cima, até porque, naquele tempo, não se declarava a inconstitucionalidade da lei senão quando necessária, mas, se era possível julgar a causa sem chegar àquele ponto, julgava-se a causa.

O caso foi ao Supremo Tribunal, que passou pelo lado, e nunca foi declarada a inconstitucionalidade, embora as maiores sumidades jurídicas entendessem como incompatível.

E ele, depois disso, foi absolvido, voltou à Magistratura. No outro Júri, a mesma coisa e a repetição do mesmo fato. Ele dizia: “Fiz a opção pela Magistratura, não fiz a opção de delinquente ou de processado, de acusado criminalmente”. Então, pediu demissão da Magistratura, foi advogado e advogou o resto da vida. Isso em relação a um homem que tinha as tradições republicanas no Rio Grande do Sul.

Há outro episódio que é menos conhecido. O Des. Tito Prates, primo e amigo do Presidente do Estado, Prates de Castilhos – ouvi o

relato dos lábios de um dos seus filhos, que tinha o nome de Júlio, não preciso dizer que em homenagem ao primo e amigo fraternal, o Julinho Prates –, disse que, ao chegar para o julgamento da sessão do Tribunal, encontrou, entre os seus papéis, um envelope com um bilhete que dizia para absolver ou condenar determinada pessoa que estava em julgamento naquele dia. Ele disse que ele votou e, no fim da sessão, mandou para o Presidente do Estado um pedido de renúncia ao cargo de Desembargador e deixou o Tribunal.

A experiência republicana tinha outros méritos, mas, do ponto de vista institucional, não contribuiu, contribui de certa forma para evitar a repetição de certas coisas.

O Pinheiro Machado era um homem muito inteligente – era pouco dado aos livros, preferia as armas aos livros – e tinha os seus apaniguados que o supriam de ideias e, às vezes, de entrevistas que ele respondia por escrito. E um deles era o Gilberto Amado, rapaz muito talentoso, que conta que, certa vez, ele tinha discutido com um literato ilustre que citara um daqueles sociólogos franceses do fim do século, e o Gilberto, naquela irreverência própria dos vinte e poucos anos, disse que o fulano era uma besta, e o Pinheiro teria ficado quieto. Quando ele passava de carro pelo Pinheiro, com o Gilberto, o Pinheiro então disse: “O fulano de tal é uma besta”.

Pontes de Miranda também dizia que dava parecer para o Pinheiro, e Pontes de Miranda era mais ou menos da idade do Gilberto, eram contemporâneos, talento não lhe faltava, mas ele dizia que também dava a sua orientação. Ele apregoava que orientava o Pinheiro em matéria jurídica.

E numa dessas o Pinheiro disse uma frase que era bem do tipo dele: “para os levitas do alcorão”. Ele fez uma pequena mudança geográfica e religiosa, o que foi motivo de diversão. E um dos discursos mais bonitos do Rui sobre o Rio Grande do Sul, em que ele se refere ao Dr. Borges de Medeiros, diz: “doutrina do direito constitucional aos levitas do alcorão”. O Pinheiro aproveitou, ele tinha bom ouvido. Diz o Gilberto que ele costumava dizer, mesmo depois do afastamento do Rui, que ele ficava mais inteligente quando conversava com o Rui.

Acho que as informações são suficientes para dizer que a experiência constitucional do Rio Grande sobre a primeira Constituição não foi das melhores, mas, diga-se de passagem, a Constituição Republicana dava margem a isso. E o próprio Dr. Borges de Medeiros teve de reformar a Constituição, ele fez o projeto, submeteu à manifestação dos Conselhos Municipais, colheu aprovação, promulgou e publicou.

*INTERVENÇÃO DA PLATEIA*

Dr. Paulo, como o senhor havia dito no início, a impressão digital do (...) foi o pseudônimo do Positivismo.

*MIN. PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO*

Sim, durante muito tempo, era a religião oficial. É que, pelo Comte, não no Sistema de Filosofia Positiva, mas no Sistema de Política Positiva, há uma cláusula que explica isso tudo. Comte disse que era preciso riscar a palavra causa do vocabulário filosófico e a palavra direito do vocabulário jurídico. Na sua concepção, eram deveres, e nada de direitos. Isso, na França, que deu celebridade universal à Declaração dos Direitos do Homem, a declaração da Revolução Francesa. Na Política Positiva de Comte está: “É preciso riscar da linguagem jurídica o vocábulo direito, da mesma forma que a palavra causa do vocabulário filosófico”.

Então, a Constituição Rio-Grandense, ao orientar-se desta forma, não fez uma inovação, fez, de certa forma, uma adesão a uma regra, a um dogma que não foi sufragado sequer por todos os Positivistas, mas foi por uma corrente.

Senhor Presidente, peço mil desculpas por tudo.

Muito obrigado, Excelência.

*DES. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS*

Aproveitando o mote do Min. Paulo Brossard, com base em figura que estima, a de Rui Barbosa, também vamos sair daqui mais cultos, instruídos e inteligentes depois da maravilhosa palestra do ilustre Ministro.

Agradecemos muito sua colaboração. A cultura mostrada e sua memória extraordinária são exemplos para nós.

Como sempre, foi um brilhante conferencista. O Min. Paulo Brossard de Souza Pinto é reconhecido, no Brasil, como um dos maiores oradores e um dos mais cultos juristas deste País, razão de sua indicação para o Supremo Tribunal Federal.

A sistemática deste conclave possibilita a formulação de perguntas, que iniciamos.

O senhor falou, num determinado momento, que Borges assinou a lei mudando a Constituição Castilhistas. A pergunta parece até óbvia: respeitou ele exatamente o que havia sido acertado?

*MIN. PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO*

O Tratado de Pedras Altas teve cumprido rigorosamente os pontos que foram convencionados e, no ano seguinte, já estava feito. Se houvesse a intenção de procrastinar, era muito fácil, bastava que os Conselhos retardassem um pouco a sua deliberação, alegando que estavam estudando, mas não o fizeram.

*DES. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS*

O que bem indica também o caráter.

*MIN. PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO*

Quanto a isso não há dúvida nenhuma, é verdade que estava o Dr. Bernardes lá em cima e que não levava ninguém de compadre.

Antônio Luís Viana, que era um homem que sabia muita coisa, contou uma vez que Octávio Tarquínio de Sousa, grande historiador, genro de um ministro do Tribunal de Contas, disse que, nos Correios e Telégrafos, um funcionário falou que o apelido do Bernardes era “Pombinha”. O Dr. Bernardes, já Presidente da República, na casa desse amigo, presente o seu genro, perguntou o nome daquele funcionário. E o Octávio Tarquínio teria dito: “Presidente, não sei, aquilo foi uma conversa acidental, e ele deixou a função, não é mais funcionário, não tenho notícias dele”. Por isso digo que ele não levava ninguém de compadre. O Nilo Peçanha pagou os pecados com o Bernardes; o Seabra, que foi Vice-Presidente da chapa do Nilo, saiu do Palácio do Governo e tomou o primeiro navio que estava no porto.

O Seabra era um homem com mil defeitos, “era o diabo feito pessoa”, mas era de uma total integridade. Ele foi para Paris com o dinheiro que tinha no bolso, que era uma miséria, eram seus vencimentos, e o dinheiro acabou. Até que chegou no desespero e escreveu uma carta a um amigo do Guinle, que era considerado naquele tempo o homem mais rico do Brasil, pedindo que levasse ao Dr. Guinle, mas que cuidasse a reação da fisionomia quando ele lesse a carta, que, se fosse de desgosto, tratasse de encerrar logo a conversa.

O amigo foi lá, pediu uma audiência, foi recebido e disse que era portador de uma carta de uma pessoa que dizia que não tinha relações pessoais com o Presidente, com o Dr. Guinle, mas que saberia quem ele era, porque ele tinha sido Ministro por duas vezes e Governador também por duas vezes e que, antes de recorrer à caridade, ele fazia apelo a um patrocínio de algo que ele provavelmente não teria condições de pagar em vida. Quem me contou isso foi Nelson Carneiro, que era muito ligado ao Seabra, que ainda me relatou que o Guinle, quando a conversa foi mais adiante, pediu licença para abrir a carta e ler. O amigo interlocutor fixou as reações: nenhuma reação fisionômica, nada. Diz que ele dobrou a carta e disse: “O senhor me dá licença um minuto para retirar-me?” Dali a pouco ele voltou com um envelope e disse o seguinte:



“O senhor é amigo do Dr. Seabra, o senhor deve ter meios que permitam que eu faça um pedido e tem meios e interesse na sua execução pronta, que eu teria dificuldades, agora, nesse momento. O senhor teria a gentileza de me fazer chegar as mãos do Dr. Seabra esta encomenda?”

O Seabra pedia cem contos de réis, naquele tempo era muito dinheiro, ele esperava que o exílio fosse longo e não queria pedir uma segunda vez. Mas, ao voltar, abriu uma conta na Caixa Econômica e depositava cinco mil réis, dez mil réis, nunca passou dessa importância, e não pagou coisa nenhuma, mas, entre outras coisas, deixou um relógio de ouro, que o Guinle devia ter dois ou três daquela marca, a melhor marca, o Patek Philippe, presentes que recebeu no fim do governo. Então, o relógio que ele ganhou nessas condições quando deixou o Governo da Bahia ele deixou de presente, como prova de que não tinha esquecido a dívida, que, aliás, ele nunca pagou.

*DES. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS*

Obrigado, mais uma vez, Min. Paulo Brossard de Souza Pinto.

Comunicamos aos presentes que esse processo do Juiz Alcides de Mendonça Lima, pai do Prof. Bruno de Mendonça Lima, nosso conterrâneo, se encontra no nosso Memorial, à disposição dos historiadores e pesquisadores que o queiram examinar.

(Degravado e revisado pelo Departamento de Taquigrafia e Estenotipia do TJRS.)